



1 . A crise financeira mundial foi desencadeada pela mais grave crise bolsista desde 1929, a que Joseph Stiglitz, Prémio Nobel da Economia, chamou a “queda do Muro de Berlim do capitalismo” real. De facto, as medidas excepcionais adoptadas nos EUA e na UE demonstram a dimensão catastrófica do custo social das políticas liberais e da espiral especulativa que suporta os processos de acumulação de capital dos dias de hoje.

A esquerda deve reagir a esta crise com uma ofensiva política e com uma contra-ofensiva ideológica fundamental, sublinhando a derrota do neoliberalismo e a sua política de nacionalização dos prejuízos da especulação.

Esta crise não é o resultado da ganância individual de ovelhas tresmalhadas. Pelo contrário, é o próprio funcionamento do sistema capitalista, da acumulação sem limite, da concorrência e da especulação, que produz esta crise. É portanto sobre a natureza do capitalismo real que se deve concentrar essa contra-ofensiva ideológica.

Assim, o Bloco de Esquerda sublinha as seguintes conclusões deste processo:

a) Durante anos, o dogma da austeridade foi imposto contra todas as políticas sociais, sob o pretexto de não haver recursos financeiros disponíveis. Esse dogma está condenado.

Verifica-se agora que, para salvar o capital dos accionistas de grandes instituições financeiras, os Bancos centrais e governos estão dispostos a injeções massivas de dinheiro dos contribuintes.

Em Portugal, a reforma Sócrates na Segurança Social diminuiu as pensões futuras, e 40% dos desempregados e desempregadas não beneficiam de subsídio. Mas os portugueses estão a financiar, por via dos juros mais altos, a defesa dos lucros dos bancos, como os impostos que se pagam na Europa e nos EUA estão a cobrir os prejuízos das empresas especulativas.

b) A financiarização das economias conduziu a lucros sem investimentos e a uma bolha especulativa como nunca tinha acontecido na história do capitalismo moderno. O dogma da liberdade de circulação de capitais produziu offshores, permitiu a lavagem do dinheiro do crime ou da fraude fiscal e alimentou a

especulação. Esse dogma está condenado porque os seus efeitos se tornam evidentes.

c) A União Europeia tem promovido, junto com os governos europeus, a destruição dos sectores públicos da economia. O resultado está à vista: os liberais, que exigiram sempre a privatização dos serviços públicos que possam dar lucro, clamam agora pelo intervencionismo estatal com a nacionalização imediata de todos os prejuízos. A realidade desta crise demonstra que o dogma da privatização está também condenado.

A hipocrisia é muito evidente. Recentemente, a Comissão Europeia abriu um processo contra a permanência de uma golden share do Estado português na EDP, mas acolhe com entusiasmo a nacionalização dos bancos que, em Inglaterra, na Irlanda, na Bélgica e na Alemanha, estão em derrapagem financeira.

d) Finalmente, também o dogma da regulação independente foi atingido. As entidades reguladoras demonstraram a sua incompetência (no caso BCP), a sua conivência (no caso dos preços dos combustíveis) e a sua função justificativa: os reguladores são hoje alibis para a ausência de responsabilidade do Estado. O sistema de regulação deve ser uma responsabilidade do Estado, porque só assim será democraticamente controlável..

2 . Face a esta crise, o Bloco de Esquerda exige:

a) Ao Governador do Banco de Portugal e ao Governo, a informação pública sobre o grau de exposição dos fundos de PPRs e outros que tenham aplicações em mercados imobiliários e de acções nos EUA ou em bancos intervencionados na Europa.

b) Ao Governo, que apresente na União Europeia a proposta de uma resolução defendendo a redução da taxa de juro de referência, para diminuir o Euribor a curto prazo. O BCE tem de se subordinar a uma política de criação de emprego, orientada para a protecção da segurança social e dos rendimentos dos mais desfavorecidos, o que implica subordiná-lo ao poder das instituições eleitas.

c) Ao Governo, que assuma a proposta de encerramento de todos os offshores, para restituir aos Estados a capacidade de registar e controlar os movimentos de capitais para evitarem a fraude fiscal e o branqueamento de capitais.

3. A crise financeira tem ainda uma outra consequência: demonstra que as privatizações de sectores estratégicos são erradas. Essas privatizações acentuam a crise orçamental, porque determinam a perda de receitas, e portanto exigem o aumento da carga fiscal sobre os contribuintes. Por outro lado, essas privatizações diminuem a segurança na economia e a capacidade de controlo sobre as suas decisões.

A decisão do primeiro-ministro Sócrates de privatizar mais 7% da GALP, reduzindo a quota do Estado a 1%, implica um benefício imediato da empresa que receber, por ajuste directo, essa parte da distribuição petrolífera. Mas implica ainda uma luz verde para as práticas especulativas da Galp, que recebeu mais de 200 milhões de euros em benefícios fiscais este ano, e lucrou, até ao momento, cerca de 300 milhões só com o efeito “Robin dos Bosques”.

O Bloco de Esquerda, que defende a nacionalização do sector energético (incluindo a GALP), recusa esta privatização e exige ainda o controlo das margens das petrolíferas, para abolir a componente especulativa dos preços dos combustíveis.

4. No dia 1 de Outubro, importantes sectores do público e do privado estiveram em greve contra o Código de Trabalho proposto pelo governo. O Bloco de Esquerda apoiou esta acção sindical, considerando que é fundamental enfrentar o novo Código e os riscos de precarização e desemprego, de destruição da contratação colectiva e dos direitos sociais: o novo Código configura o ataque mais grave que os direitos dos trabalhadores sofreram nas democracias. Por isso, é necessária uma mobilização geral de todos os trabalhadores, que acumule forças na democracia de base, que junte movimentos e reivindicações, para estar à altura de uma grande demonstração da força do trabalho.

O Bloco de Esquerda apela à acção de todos os sectores de trabalhadores, de todos os sindicatos, dos precários e dos imigrantes, dos jovens e dos reformados, para que toda a luta convirja nessas mobilizações gerais que são necessárias. Essa mobilização é tanto mais necessária quanto o risco de recessão aumenta desde já o desemprego.

O Bloco regista ainda que o Governo continua a apoiar a precariedade (como demonstrou a participação de José Sócrates na inauguração antecipada do centro da PT em Santo Tirso) e a promover a precariedade nos seus próprios serviços (como na Segurança Social e na Saúde). A verdade dos novos Códigos, na Função Pública como no privado, é a precarização de todos os trabalhadores e foi em resposta a essa ameaça que a Marcha contra a Precariedade mostrou o empenho do Bloco no combate essencial dos dias de hoje.

5. A apresentação próxima do Orçamento de Estado para o último ano da legislatura convoca a discussão das políticas sociais e das grandes escolhas estratégicas. A Mesa Nacional mandata o grupo parlamentar para apresentar as alternativas na política orçamental que demonstrem a urgência de um aumento dos salários em linha com a inflação real e a recuperação do poder de compra perdido nos últimos anos, da progressão das pensões e ainda da justiça fiscal.

6. O Bloco de Esquerda assinala ainda a contradição do PS na rejeição da lei que estende o direito ao casamento às e aos homossexuais. Sendo a não-discriminação um direito constitucional, a sua aplicação não está certamente dependente de referências no programa do PS, que aliás também não previa a subida de impostos, a recente lei do divórcio, ou a recusa do referendo ao Tratado europeu. Para o Bloco, o que está em causa é retirar ao Estado o poder sobre a escolha privada de cada pessoa quanto ao seu casamento, e é nesse sentido que deve ser aprovada sem calculismos hipócritas.

7. O Bloco de Esquerda regista ainda as notícias vindas a lume esta semana e que dão como certo o reconhecimento da independência do Kosovo pelo Estado português. Essa decisão, a confirmar-se, é não apenas desnecessária como prejudicial. Não existe qualquer urgência no reconhecimento do Kosovo, cuja independência se fez ao arripio das normas do Direito internacional. Antes de qualquer anúncio, o governo português deve levar esse debate, e não o facto consumado, ao Parlamento. O reconhecimento do Kosovo por Portugal só se compreende à luz de pressões da administração norte-americana e prejudica a posição equilibrada que o país vinha mantendo, importante para a discussão das questões europeias de segurança e cooperação com a Rússia e os países europeus que se encontram fora da União Europeia.

8. Na luta social e nos necessários diálogos políticos à esquerda, o Bloco regista com seriedade e interesse as recentes declarações do secretário-geral do PCP, Jerónimo de Sousa, sobre a “necessidade de convergências”. Em consequência, manifesta a sua disponibilidade para encarar com toda a atenção as propostas ou sugestões que o partido proponente venha a fazer.

9. A Mesa Nacional saúda a campanha do BE/Açores e empenha-se na sua vitória nas eleições regionais próximas.